

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA**

**Apresentação: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMLASA** - Pelo Decreto Estadual nº 64.059 de 01/01/2019, passou a ser vinculada à Secretaria de Governo e era a responsável pelo planejamento e apoio à gestão das seis regiões metropolitanas (RM's) - São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba e Ribeirão Preto - e três aglomerações urbanas (AU's) paulistas - Jundiaí, Piracicaba e Franca -, totalizando 217 dos municípios mais dinâmicos do Estado, que correspondem a dois terços do Estado de São Paulo. A atuação da Emlasa estava sistematizada em três grandes blocos: atividades relacionadas ao planejamento territorial regional; instrumentos técnicos de apoio ao planejamento regional; e apoio à governança regional. As atividades de Planejamento Urbano e Regional - foco principal da atuação - foram interrompidas após a promulgação da Lei nº 17.056 de 05/06/19, que autorizou sua extinção, bem como a Assembleia Geral de Acionistas de 21/08/2019 que determinou sua liquidação a partir desta data, para sua final extinção. Sendo assim, a empresa iniciou sua desmobilização com a paralisação de suas atividades, não dando continuidade na elaboração dos demais PDU's, como previsto no Estatuto da Metrópole. A atividade de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo - CODESP, até então exercida pela Emlasa foi transferida pelo Decreto nº 64.541, de 24/10/2019 à Secretaria de Desenvolvimento Regional. Durante 45 anos a Emlasa foi a empresa de planejamento urbano do Estado de São Paulo, tornando-se referência nacional em governança regional e metropolitana. Por sua excelência, tornou-se fonte oficial de estudos e consultas para pesquisadores ao redor do mundo, gestores públicos e privados, estudantes e cidadãos em geral. Por todo esse conhecimento, foi o braço executivo do Governo do Estado de São Paulo para o planejamento e apoio à gestão das regiões metropolitanas (RM's) e aglomerações urbanas (AU's) paulistas. Seu território de atuação corresponde a 33,6% da rede urbana paulista. Além de ter desenvolvido estudos que embasaram a criação dessas unidades regionais, a empresa dava suporte à governança interfederativa, orientando e articulando a ação do Governo nessas regiões. Considerando que os limites entre municípios estão desaparecendo, e muitos já compartilham a mesma realidade social e econômica, parte considerável dos grandes desafios para as diferentes esferas de governo localizam-se nas metrópoles e nas aglomerações urbanas. Isso exige o desenvolvimento de políticas específicas, com visão metropolitana e cooperativa, nas quais não apenas municípios vizinhos se articulem entre si, mas também com a sociedade civil, além do Governo do Estado e União. Questões de interesse comum, como às relativas a transportes, saneamento, meio ambiente, coleta e tratamento do lixo, entre outras, impõem, com frequência, o planejamento regional e a atuação conjunta, para promover o desenvolvimento e o bem-estar da população. Resultado prático dessa cooperação técnica entre os órgãos e entidades estaduais e as prefeituras municipais na execução das funções públicas de interesse comum - como define a legislação estadual - é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP), que foi concluído pela empresa e está pronto para virar lei. O processo de elaboração do PDUI-RMSP foi coordenado pela Emlasa de forma participativa e compartilhada. Foram três anos de atividades articuladas e estudos exaustivos realizados entre os 39 municípios que compõem a Região, com participação da sociedade civil organizada, entres do Estado e sob o acompanhamento do Ministério Público. O objetivo era traçar diretrizes voltadas ao desenvolvimento regional sustentável, à redução das desigualdades socioeconômicas e ao bem-estar de, aproximadamente, 22 milhões de pessoas. **Desmobilização para Extinção da Empresa:** Em janeiro de 2019 a Diretoria empossada teve por missão desenvolver estudos e apresentar propostas para subsidiar as decisões do Governo para a racionalização e eficiência da máquina pública, tendo em vista o encaminhamento à Assembleia Legislativa pelo Chefe do Executivo do Projeto de Lei 001/2019. Diante disso a Diretoria elaborou os trabalhos com base nos estudos jurídicos, estruturais, negociais, econômicos e financeiros os quais culminaram com a edição da Lei Estadual nº 17.056, de 05 de junho de 2019, a qual autorizou o Poder Executivo a adotar providências com vistas à dissolução, liquidação e extinção da Empresa. Assim, foi elaborado um Plano de Desmobilização, o qual pautou-se, exclusivamente, na busca da eficiência no Governo do Estado de São Paulo e foi encaminhado aos órgãos Governamentais e ao Acionista Controlador da Companhia. Por oportuno, considerando a importância da atuação do CODEC e da PGE nesta etapa de Dissolução, o Plano de Desmobilização foi desenvolvido conforme orientação desses órgãos. O Plano de Desmobilização contemplou: o perfil da empresa, suas atividades operacionais, dimensionamento do seu quadro de pessoal, panorama financeiro, proposta de destinação das suas atividades e transferência ou descontinuidade das mesmas a outros órgãos governamentais, com análise dos aspectos jurídicos, financeiros, orçamentários e contábeis, bem como as medidas para desligamento do seu quadro de pessoal mediante programa de demissão incentivada - PDI. A proposta do PDI, juntamente com os documentos pertinentes foram remetidos à Secretaria de Governo e aos demais órgãos governamentais, recebendo aprovação dos mesmos para sua implantação. O PDI abrangeu 100% do quadro efetivo de pessoal, com pay back médio estimado em 11 meses. Seu cronograma de implantação e desligamentos levou em consideração a desmobilização programada das atividades da empresa, considerando as atividades em curso e pendentes de transferência para outros órgãos da administração. A Emlasa contava em 31/07/2019 com 133 empregados, sendo 116 efetivos e 17 de livre provimento. Dos 116 elegíveis para adesão ao PDI, houveram 64 adesões, sendo 62 deferidas como aptas, correspondendo a 53,45% do quadro de efetivos. Finalizadas todas as instruções necessárias, bem como definidas as diretrizes financeiras e orçamentárias para a efetiva implantação do PDI, o Programa foi divulgado em 13/06/2019 e aberto prazo para adesão no dia subsequente. Importante frisar que o Programa foi feito em consonância com as diretrizes da Secretaria da Fazenda e Planejamento e do CODEC para programas de desligamento incentivado (Ofício Circular CPS 02/2019). Foram adotadas pela Diretoria providências para prosseguimento da Transferência das Atividades (De/Para) para os órgãos e entidades Governamentais, com acompanhamento da proposta junto à Secretaria de Governo. Visando o suporte legal às transferências de atividades durante o ano de 2019 foram editados os seguintes atos normativos governamentais: • Decreto nº 64.311, de 01 de julho de 2019, que reorganiza o Programa Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo - IDE-SP e o Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCE-SP, revogando o Decreto nº 61.486, de 11 de setembro de 2015. • Resoluções da Secretaria de Governo nºs 61 e 62, ambas de 08/10/2019, as quais transferem os Sistemas de Informações Geoespaciais e os produtos cartográficos da Emlasa para o Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC; • Decreto nº 64.540, de 24/10/2019, altera a composição do Conselho de Orientação do FUMEFI onde a Emlasa anteriormente possuía assento participativo e deliberativo. • Decreto nº 64.542, de 24/10/2019, transfere o agente técnico do FUMEFI até então exercido pela Emlasa, para a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR. Decreto nº 64.541, de 24/10/2019 - transfere à Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR as funções até então exercidas pela Emlasa de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. • Decretos nºs 64.063 de 01/01/2019 e 64.178, de 11/04/2019 - reorganiza a SDR a qual passa a ter atribuições antes exercidas pela Emlasa. • Decreto nº 64.588 de 13/11/2019 - exclui da Emlasa atribuição de análise de projetos habitacionais junto ao GRA-

PROHAB. Em 21 de agosto de 2019 foi realizada a Assembleia de Acionistas que deliberou pela dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, fixando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão das atividades sociais e 180 (cento e oitenta) para sua extinção. Nesta mesma Assembleia Geral foram destituídos seus órgãos de administração (Diretoria e o Conselho de Administração), nomeado Conselho Fiscal e o Liquidante, o qual tem como função apenas o exercício de atividades voltadas para a dissolução e liquidação da Empresa, para sua final extinção, nos termos dos artigos 210 a 219 da Lei nº 6.404/76. Assim, a empresa finalizou suas atividades sociais em 05 de outubro de 2019. Os três principais eixos de atuação da Emlasa eram: **I - Planejamento Territorial Regional. II - Instrumentos Técnicos de Apoio ao Planejamento Regional. III - Apoio à Governança Regional. I - Planejamento Territorial Regional:** Quanto às demais Regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, segue breve relato sobre o andamento dos planos metropolitanos e dos demais projetos realizados pela Emlasa na sua última gestão concluída em 21 de agosto de 2019 (data do início do processo de Liquidação da Empresa): **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI - RMSP** - Municípios: 39 - População: 21.571.281 hab. / 47,37% da população estadual e 10,35% do Brasil. PIB: 1.056.948.121 (em mil R\$) / 54,48% do PIB estadual e 17,63% do Brasil. Situação 2019: concluído pela EMLASA "em liquidação" com entrega dos trabalhos e encaminhamento do Projeto de Lei à Secretaria de Governo, para envio pelo Governador à Assembleia Legislativa. Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 essas atividades passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM Sorocaba - PDUI RMS** - Municípios: 27. População: 2.120.095 hab. / 4,66% da população estadual e 1,02% do Brasil. PIB: 78.181.539 (em mil R\$) / 4,03% do PIB estadual e 1,30% do Brasil. Situação 2019: atividades paralisadas na Emlasa "em liquidação" com 90% de execução. Produtos entregues à Secretaria de Desenvolvimento Regional, que nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 passa a ser responsável pelas atividades. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas - PDUIRMC** - Municípios: 20. População 2018: 3.224.443 hab. / 7,08% do Estado e 1,55% do Brasil. PIB Total 2015: 173.002.359 (em mil R\$) / 8,92% do Estado e 2,89% do Brasil. Situação 2019: atividades paralisadas na Emlasa "em liquidação" com 69,21%, mediante encerramento de contrato que havia sido firmado com a AGEMCAMP, a qual poderá assumir sua finalização. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Ribeirão Preto - PDUI -RMRP** - Municípios: 34. População: 1.702.479 hab. / 3,74% da população estadual e 0,82% do Brasil. PIB: 55.122.858 (em mil R\$) / 2,84 do PIB estadual e 0,92% do Brasil. Situação 2019: Atividades não iniciadas. Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 essas atividades passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Vale do Paraíba e Litoral Norte - PDUI-RMVLN** - Municípios: 39. População: 2.528.345 hab. / 5,55% da população estadual e 1,21% do Brasil. PIB: 102.603.526 (em mil R\$) / 5,29 do PIB estadual e 1,71% do Brasil. Situação 2019: Atividades não iniciadas. Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 essas atividades passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Piracicaba - PDUAIUP** - Municípios: 23 - População: 1.481.652 hab. / 3,25% da população estadual e 0,71% do Brasil. PIB: 61.696.724 (em mil R\$) / 3,18% do PIB estadual e 1,03% do Brasil. Situação 2019: atividades paralisadas na Emlasa "em liquidação" com 75% de execução. Produtos entregues à Secretaria de Desenvolvimento Regional, que nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 passa a ser responsável pelas atividades. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Jundiaí - PDUI-AUJ** - Municípios: 7. População: 804.936 hab. / 1,77% da população estadual e 0,39% do Brasil. PIB: 65.934.222(em mil R\$) / 3,40% do PIB estadual e 1,10% do Brasil. Situação 2019: atividades paralisadas na Emlasa "em liquidação" com 50% de execução. Produtos entregues à Secretaria de Desenvolvimento Regional, que nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 passa a ser responsável pelas atividades. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Franca - PDUI-AUF** - Municípios: 19. População: 657.753 hab. / 1,44% da população estadual e 0,32% do Brasil. PIB: 17.722.091 (em mil R\$) / 0,91 do PIB estadual e 0,30% do Brasil. Situação 2019: Atividades não iniciadas. Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 essas atividades passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional. **II - Instrumentos Técnicos de Apoio ao Planejamento:** A Emlasa "em liquidação" em atendimento ao Decreto nº 64.311 de 01/07/19 e as Resoluções SG nº 61/19 e SG nº 62/19 transferiu ao Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC os bancos de dados e sistemas de informações geoespaciais, tais como o SIM|EMLASA, SCD - Sistema de Compartilhamento de Dados, MAPEIA SP, UIT's, Emlasa Geo, além do Sistema Cartográfico Estadual - SCE-SP e do Programa de Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo (IDE-SP). O desenvolvimento do Projeto financiado pelo FEHIDRO "Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo e da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - Segunda fase do Projeto Mapeia SP, que corresponde à produção de base cartográfica oficial e atualizada de região do Estado de São Paulo teve cerca de 55% de sua execução concluída. Considerando a Liquidação e a desmobilização da empresa, o Projeto teve sua execução paralisada na Emlasa "em liquidação", estando sua continuidade sob análise dos órgãos governamentais. **Mapeamento e Monitoramento do Uso do Solo Urbano e Unidades de Informações Territorializadas:** A metodologia de acompanhamento e análise, de forma detalhada e sistemática, do uso do solo urbano (USU) para a Macrometrópole e unidades regionais do Estado de São Paulo, e das UIT's com recortes territorializados subsidiário o planejamento municipal, regional e setorial, fornecendo uma descrição quantificada das características de uso e ocupação do solo, o que permite identificar as áreas com carências e potencialidades para investimentos, sendo os resultados obtidos informações importantes para insumo aos PDU's e monitoria do território envolvido pelo Rodoanel, dentre outros. Em 2019, foram concluídos o mapeamento do uso do solo urbano e as Unidades de Informações Territorializadas - UIT's da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e das Aglomerações Urbanas de Piracicaba e de Franca, sendo disponibilizado a Secretaria de Desenvolvimento Regional os produtos e estudos. **Biblioteca Virtual:** Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 houve a transferência de todo o acervo digital da Biblioteca Virtual da Emlasa, ficando a manutenção e disponibilização a ser vinculadas a Secretaria de Desenvolvimento Regional. **III - Apoio à Governança Regional:** Nos termos do Decreto nº 64.063 de 01/01/19 e Decreto nº 64.178 de 11/04/19 a manutenção e disponibilização das Plataformas para o Sistema de Governança no Estado de São Paulo, contendo todos os dados, mapas, relatórios e atas dos PDU's executados pela Emlasa, passam ser vinculadas a Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Outras Atividades - Apoio aos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitano - Agente Técnico - Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI:** A Emlasa atuava como Agente Técnico do Fundo Metropolitano de Financiamento da RMSP (FUMEFI) desde sua criação.

Pelos Decretos nºs. 64.540 e 64.542, ambos de 24/10/2019, a Emlasa "em liquidação" deixa de ser a entidade certificadora da conformidade dos Projetos FUMEFI, bem como, deixa de fazer parte do Conselho de Orientação do referido Fundo. Essas atividades passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional. No ano de 2019 até setembro foram realizados pela Emlasa:

Ano	Quantidade de Municípios Atendidos	Total de Recursos Autorizados (R\$)	Liberações Técnicas Realizadas		Quantidade de Projetos Fiscalizados
			Qtde	Em R\$	
2019	16	64.428.000,00	78	23.063.414,83	30

**Governança:** Em conformidade com o art. 9º, do Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, o qual faculta à empresa estatal caracterizada como companhia fechada, como é o caso da Emlasa, o cumprimento dos requisitos de transparência previstos no artigo 8º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante consolidação no relatório da administração que acompanha as demonstrações financeiras anuais, seguem as informações de Governança Corporativa referentes ao exercício social de 2019. **Composição Acionária:** Sociedade por ações, integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, com a posição acionária em 31/12/2019, atualmente em estado de liquidação:

<b>São Paulo - Governo do Estado</b>	<b>99,99989%</b>
<b>Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A</b>	<b>0,00002%</b>
<b>Em tesouraria</b>	<b>0,00009%</b>

Nos termos da Lei 13.303/16, foi aprovada o resgate da totalidade das ações da Emlasa de titularidade de acionistas minoritários privados, objetivando a transformação da natureza da empresa de economia mista para empresa pública. **2. Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos: 2.1. Estrutura Organizacional:** No decorrer de 2019 sua estrutura organizacional foi consideravelmente reduzida na medida da sua desmobilização programada de atividades, com redução de Diretorias, áreas e gerências. Na Emlasa, os controles internos e o gerenciamento de riscos são realizados pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, e acompanhados pela Auditoria Interna, unidades ligadas diretamente à Diretoria Administrativa e Financeira e ao Conselho de Administração até Agosto de 2019. Após esta data essas áreas passaram a responder perante ao Liquidante da empresa. **2.2. Estrutura de Sistemas:** São aplicados e desenvolvidos, na empresa, alguns modelos e metodologias em riscos inerentes às atividades desempenhadas. Quando identificados, estes riscos são avaliados, monitorados e minimizados até um nível considerado aceitável pela alta administração. **2.3. Controles Internos:** O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores e a melhoria dos fluxos operacionais existentes, por meio de reuniões com as unidades envolvidas, complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional. A continuidade da Política de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e do Programa de Integridade Anticorrupção vem garantindo elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução dos negócios da instituição. **2.4 Auditoria Interna:** A atuação da auditoria ocorre de forma conjunta com a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **3. Desempenho Econômico-Financeiro: 3.1. Desempenho Financeiro:** A Emlasa registrou em 2019 um prejuízo contábil de R\$ 5.584 mil, resultado da aplicação das diretrizes governamentais decorrentes da apresentação pelo Chefe do Executivo do PL 01/2019 que "Autorizava o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à inclusão das sociedades que especifica no Programa Estadual de Desestatização", que culminou com a promulgação da Lei nº 17.056 de 05/06/19, que autorizou a extinção da empresa, demonstrado abaixo:

	em R\$ mil			
<b>Evolução dos Resultados Contábeis - 2019</b>				
Subvenção do Governo				46.087
Receitas próprias				3.081
Despesas (Custo + Despesas Administrativas)				(60.349)
Outras Receitas				5.597
<b>Lucro do Exercício</b>				<b>(5.584)</b>
<b>Evolução dos Resultados Financeiros</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	11.556	10.047	13.732	26.167
Subvenção do Governo	40.779	43.826	40.347	46.087
Aporte de Capital	-	-	-	-
Receitas próprias	7.812	5.153	14.870	4.938
Despesas	(50.100)	(45.924)	(42.783)	(58.062)*
<b>Saldo Final</b>	<b>10.047</b>	<b>13.732</b>	<b>26.167</b>	<b>19.130</b>
<b>* Nesse valor está incluído as demissões ocorridas em 2019 de R\$ 15.331 mil.</b>				

**4. Políticas e Práticas de Governança Corporativa: 4.1. Descrição da Composição da Administração: 4.1.1. Conselho de Administração:** Em conformidade com o Estatuto Social e com o Regulamento Interno do Conselho de Administração. Foi dissolvido em 21 de agosto de 2019 pela Assembleia Geral de Acionistas que deliberou pela Liquidação da Companhia. **4.1.2. Conselho Fiscal:** Em conformidade com o Estatuto Social e com o Regulamento Interno do Conselho Fiscal. Foi eleito em 21 de agosto de 2019 pela Assembleia Geral de Acionistas que deliberou pela Liquidação da Companhia para funcionamento durante o período de Liquidação. **4.1.3. Diretoria Colegiada:** Composta por 3 (três) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor de Planejamento e Novos Negócios, respeitados os critérios de elegibilidade descritos no artigo 16 da Lei Federal nº 13.303/16 e na Lei 6.404/76. Foi dissolvida em 21 de agosto de 2019 pela Assembleia Geral de Acionistas que deliberou pela Liquidação da Companhia. **4.1.4 Auditoria Interna:** Constituída nos termos do Estatuto Social e da Lei Federal nº 13.303/2016. **4.1.5 Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno:** Constituída nos termos do Estatuto Social e da Lei Federal nº 13.303/2016. **4.1.6. Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento:** Responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais. **4.1.7. Auditores Independentes:** Staff Auditoria e Assessoria - EPP. **5. Disposições Finais:** A presente carta é um documento subscrito pelo responsável da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, e ratificada pelo Liquidante da empresa. São Paulo, 09 de março 2020.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 2018 (em R\$ mil)**

	2019	2018
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>46.087</b>	<b>40.347</b>
Subvenção Governamental para custeio	46.087	40.347
<b>Receita bruta de serviços</b>		
Venda bruta de serviços	3.081	5.592
Impostos s/ venda bruta de serviços	(439)	(797)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>48.729</b>	<b>45.142</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(32.189)</b>	<b>(25.073)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>16.540</b>	<b>20.069</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>	<b>(23.099)</b>	<b>(19.955)</b>
Gerais e Administrativas	(26.324)	(19.493)
Honorários dos administradores	(1.012)	(1.366)
Outras Receitas	4.237	904
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>(6.559)</b>	<b>114</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>		
Provisão para perdas	-	(34)
<b>Resultado Financeiro</b>		
Despesas Financeiras	-	(1)
Receitas Financeiras	1.360	1.249
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(5.200)</b>	<b>690</b>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	298	36
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(5.498)</b>	<b>654</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - (em R\$ 1,00)</b>	<b>(0,1091)</b>	<b>0,0131</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2019 E 2018 (em R\$ mil)**

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Histórico</b>			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>49.773</b>	<b>(16.015)</b>	<b>33.758</b>
Capitalização dos Juros s/ Capital Próprio	-	-	-
na A.G.O. de 25/04/2019	637	-	637
Resultado Líquido do Exercício	-	(5.498)	(5.498)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>50.410</b>	<b>(21.513)</b>	<b>28.897</b>

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2019 E 2018 (em R\$ mil)	
	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	19.130	26.167
Contas a receber	97	289
Estoques	23	31
Outros ativos	578	867
Despesas de exercícios seguintes	28	111
	<b>19.856</b>	<b>27.465</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Depósitos compulsórios e judiciais	6.536	7.228
<b>Ativo permanente</b>		
Investimentos	2.658	2.658
Imobilizado	2.382	1.109
Intangível	9.189	11.124
	<b>14.229</b>	<b>14.891</b>
<b>Total Não Circulante</b>	<b>20.765</b>	<b>22.119</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>40.621</b>	<b>49.584</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	439	1.586
Salários, provisões de férias e encargos sociais	7.772	5.341
Credores por serviços prestados	2.721	7.976
Tributos a pagar	358	726
	<b>11.290</b>	<b>15.629</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	197	197
Provisão para Contingências Trabalhistas	237	-
	<b>434</b>	<b>197</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital Social	50.410	49.773
Prejuízos Acumulados	(21.513)	(16.015)
	<b>28.897</b>	<b>33.758</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>40.621</b>	<b>49.584</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto Operacional:** A Empresa tem por objetivo realizar as atividades de apoio ao planejamento, programação, organização, coordenação e controle da execução dos serviços comuns de interesse Metropolitano ou a eles relativos, bem como executar os que forem necessários à implementação de planos e projetos executivos, de interesse de Regiões Metropolitanas, podendo, ainda, exercer as demais atividades destinadas à consecução de suas finalidades. A Lei Estadual 17.056 de 05 de junho de 2019 autorizou a paralisação e sua extinção e a Assembleia Geral de Acionistas de 21 de agosto de 2019 determinou sua liquidação a partir dessa data.
**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais - NBC TG’s emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e a Lei 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 alteraram diversos dispositivos da Lei nº.6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações trouxeram alterações que apresentam efeitos às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2008.
**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
**Custos dos Serviços** - Apurado pela apropriação dos valores alocados no desenvolvimento de projetos específicos, demandados pelo Governo do Estado, e pelo pessoal alocados nas áreas técnicas envolvidas na manutenção das atividades permanentes de caráter técnico da Empresa.
**b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
**c) Ativos circulante e não circulante: Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são demonstradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
**Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.
**Estoques:** Os estoques de materiais de consumo são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização.
**Investimentos:** Os investimentos são demonstrados ao valor de aplicação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por provisão para perdas. A participação no Capital da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ é de aproximadamente 0,00762%(0,00797% em 2017). O investimento na Cia do Metrô está ajustado pelo valor patrimonial das ações. O valor do Investimento na Cia do Metrô foi ajustado, pela contabilização de perda, no valor de R\$ 86(mil),e perda de R\$34(mil) em 2018.
**Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
**Intangível:** O Intangível é demonstrado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
**d) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços.
**e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. - EEMPLASA - Em Liquidação. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. - EEMPLASA - Em Liquidação**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. A continuidade normal dos negócios da companhia foi interrompida com o início do processo de liquidação extrajudicial decretado pelo Governo do Estado de São Paulo em agosto de 2019, e suas demonstrações contábeis foram preparadas neste contexto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. - EEMPLASA - Em Liquidação**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas em situações de liquidações.
**Ênfase: Estudos sobre o imobilizado e intangível:** Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R1 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. As depreciações/amortizações foram realizadas utilizando as taxas permitidas pela Receita Federal do Brasil. A vida útil dos bens deve ser estimada com base no tempo a decorrer no processo de liquidação.
**Teste de impairment (teste de recuperabilidade):** A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Em se tratando de empresa em processo de liquidação a avaliação de seus ativos deve ser a Valor Justo (Fair Value).
**Outros Assuntos: Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. - EEMPLASA - Em Liquidação** foram auditadas por

**PARECER DO CONSELHO FISCAL APROVAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

complementados pelas Notas Explicativas, apresentados com base na Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei 11.941/2009 de 27 de maio de 2009, que alteraram a Lei das Sociedades Anônimas, e à vista do relatório da STAFF Auditoria & Assessoria apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São de parecer favorável à sua

reconstruída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
**f) Provisão para férias e encargos:** A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.
**g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O “Caixa e equivalentes de caixa” estavam representados assim em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa	1	12
Bancos conta Movimento	9	8
Aplicações Financeiras	<u>19.120</u>	<u>26.147</u>
	<b>19.130</b>	<b>26.167</b>

**5. Realizável a Longo Prazo:** O saldo da rubrica “Depósitos compulsórios e Judiciais”, referem-se a depósitos de recursos de processos fiscais foi atualizado(R\$149 mil) e ajustado com provisão para perda(R\$ 820mil). O saldo da rubrica “Depósitos Recursais Administrativos” referem-se a multas Trabalhistas. Os quais estão detalhados na nota explicativa nº 10 e estava representado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, da seguinte forma:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fazenda Nacional	6.496	7.167
Ministério do Trabalho	40	61
	<b>6.536</b>	<b>7.228</b>

**6. Investimentos:** O saldo da rubrica “Investimentos” estava representado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, da seguinte forma:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Teles(Telefônica, TIM)	26	26
Cia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	2.529	2.615
Outros Investimentos com Valores inferiores a R\$ 5	17	17
	<b>2.572</b>	<b>2.658</b>
	<b>2019</b>	<b>2018</b>

**7. Imobilizado: a) Composição dos saldos:**

	Taxa de % a.a.	Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
<b>Tangíveis</b>					
Instalações e equipamentos	10% e 20%	20.940	18.947	1.993	370
Móveis e utensílios	10%	1.596	1.229	367	455
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros à amortizar	20%	<u>284</u>	<u>262</u>	<u>22</u>	<u>284</u>
<b>Total</b>		<b>22.820</b>	<b>20.438</b>	<b>2.382</b>	<b>1.109</b>
<b>b) Movimentação do custo:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
		<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Custo</b>
<b>Tangíveis</b>					
Instalações e equipamentos		18.696	2.244	-	20.940
Móveis e utensílios		1.596	-	-	1.596
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros à amortizar		<u>284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>284</u>
<b>Total</b>		<b>20.576</b>	<b>2.244</b>	<b>-</b>	<b>22.820</b>
<b>8. Intangível: Composição dos saldos:</b>				<b>2019</b>	<b>2018</b>
	<b>Taxa% a.a.</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>

Ortorretificação e aerofotogrametria do Estado de São Paulo

10%	18.037	9.470	8.567	10.371
-----	--------	-------	-------	--------

Planos de Desenvolvimento Regionais

10%	<u>1.309</u>	<u>687</u>	<u>622</u>	<u>753</u>
-----	--------------	------------	------------	------------

**Totais**

**9. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O Capital Social da EEMPLASA é

**PLASA - Em Liquidação**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26/02/2019 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações.
**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da

aprovação, atentando às recomendações e ênfases do relatório de auditoria, cuja implementação deve ser procedida pela empresa, notadamente diante do processo de liquidação da companhia, vez que tal proposta atende aos interesses da Sociedade. São Paulo, 11 de março de 2020.
**Diego Allan Vieira Domingues** - Conselheiro;
**Gabriela M. Engler Pinto P. Ribeiro** - Conselheira;
**Helia Figueiredo de Araujo** - Conselheira;
**Juliana Augusto Cardoso** - Conselheira;
**Tarcila Reis Jordão** - Conselheira.

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>		
<b>NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2019 E 2018 (em R\$ mil)</b>		
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(5.498)	654
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciações e Amortizações	2.906	3.748
<b>Subtotal</b>	<b>(2.592)</b>	<b>4.402</b>
<b>Variações no ativo circulante</b>		
Contas a receber	192	307
Estoques	8	(9)
Outros ativos	289	(332)
Despesas de exercícios seguintes	83	(2)
<b>Sub-total</b>	<b>572</b>	<b>(36)</b>
<b>Variações no passivo circulante</b>		
Fornecedores	(1.147)	1.252
Salários e encargos a pagar	2.431	(55)
Credores por serviços prestados	(5.255)	6.087
Tributos a pagar	(368)	(16)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.339)</b>	<b>7.268</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>(6.359)</b>	<b>11.634</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	(2.244)	(8)
No realizável a longo prazo	692	(160)
Baixas do ativo permanente	-	38
Capitalização dos Juros s/ Capital Próprio	637	977
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(915)</b>	<b>847</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Aumento/Redução do Exigível a longo prazo	237	(46)
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>237</b>	<b>(46)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>(7.037)</b>	<b>12.435</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>26.167</b>	<b>13.732</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19.130</b>	<b>26.167</b>
<b>Variação no caixa</b>	<b>(7.037)</b>	<b>12.435</b>

autorizado até o montante de R\$ 108.000 mil. O Capital Social de R\$ 50.410 mil, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 10.507.928 ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** O Estatuto da EEMPLASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido apurado no Balanço anual à razão de 25% (artigo 40).
**10. Passivo - Contingências:** Em 2019 foi constituída provisão de R\$ 237 mil, classificada na rubrica “Provisão para Contingências Trabalhistas” no Passivo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2018, a EEMPLASA possuía processos judiciais de natureza trabalhista, com prognósticos de perda remota.

<b>Depósitos recursais</b>			
<b>Quadro Demonstrativo</b>	<b>Possível</b>	<b>Administrativos</b>	<b>Total</b>
Trabalhista	237	(40)	197
<b>11. Cobertura de Seguros:</b> A EEMPLASA mantém cobertura de seguro contra incêndio, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.			
<b>12. Redução a Valor Recuperável do Ativo Imobilizado:</b> A EEMPLASA é uma empresa subsidiada pelo Governo do Estado e suas receitas operacionais são ínfimas frente aos seus custos e despesas. Não existe a intenção de reavaliação de ativos para fins de alienação, sendo seus bens afetos ao serviço público, portanto, inalienáveis. Não existe mercado ativo para negociação de itens dos ativos e sequer, compradores interessados que possam ser encontrados normalmente em qualquer ocasião. A empresa tem seus ativos depreciados em porcentagem maior que 50%, não havendo interesse na avaliação a valor de mercado, até porque o resultado a que se chegaria, sendo de valor irrelevante, não compensaria os custos de um trabalho desse porte.			

	<b>Vanessa Puk Fernandes</b>
	Liquidante
	<b>Arnor Felix Ramos Junior</b>
	CT - CRC 1SP109.294/O-5

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

<b>STAFF</b>	<b>Roberto Araújo de Souza</b>
<b>Auditoria e Assessoria</b>	CTCRC1SP242826/O-3
CRC2SP023856/O-1	Sócio Responsável

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

aprovação, atentando às recomendações e ênfases do relatório de auditoria, cuja implementação deve ser procedida pela empresa, notadamente diante do processo de liquidação da companhia, vez que tal proposta atende aos interesses da Sociedade. São Paulo, 11 de março de 2020.
**Diego Allan Vieira Domingues** - Conselheiro;
**Gabriela M. Engler Pinto P. Ribeiro** - Conselheira;
**Helia Figueiredo de Araujo** - Conselheira;
**Juliana Augusto Cardoso** - Conselheira;
**Tarcila Reis Jordão** - Conselheira.